

Conclusões do Colóquio *Conclusions of the Colloquy*

Prof. Dr. José Mauricio de Carvalho (UFSJ – São João del-Rei - MG)
mauricio@ufs.edu.br

1. Considerações iniciais

O *VIII Colóquio Antero de Quental* examinou o mesmo tema do anterior: pensamento, experiências e formas de atuação política na cultura luso-brasileira. O foco foi, contudo, confrontar as duas tradições, identificando traços comuns e os aspectos divergentes para se chegar a conclusões.

2. Conclusões fundamentais

Parece que as conclusões mais importantes foram:

1º) Ficou demonstrado que a disputa entre miguelistas e liberais, em Portugal, episódio que levou à radicalização em matéria clerical com o confisco da propriedade das ordens religiosas e sua extinção, acabou influenciando no Brasil. O rumo dos acontecimentos explica o cuidado de Dom Romualdo Seixas em evitar a divulgação da Encíclica *Mirari Vos* que daria à disputa anticlerical uma importância que não tinha no Brasil.

2ª) Foi dado realce ao papel de Silvestre Pinheiro Ferreira no encaminhamento que os moderados deram à superação da instabilidade política que se seguiu à abdicação de D. Pedro I, período conhecido por Regresso, pois suas idéias familiarizaram a elite brasileira com a representação política, apresentando-a como sendo de interesses.

3ª) Apontou-se um caminho (as reformas eleitorais) para esclarecer a possível influência do Regresso na Regeneração.

4ª) Apontou-se também a desconfiança no liberalismo como a razão da implantação da República nos dois países, à qual se soma no Brasil o esgotamento do Segundo Reinado e, em Portugal, o desmoronamento das formas partidárias de representação política e o messianismo do discurso republicano, que apresentou o sistema como resposta ao sentimento de decadência do país.

5ª) Além da já conhecida influência da proclamação da República no Brasil sobre o movimento antimonárquico em Portugal, ampliou-se o entendimento de que, em que pese a versão assumida pelo positivismo português não fosse claramente autoritária como era a brasileira, também não proporcionou estabilidade política ao país.

6ª) Sistematizaram-se os dois processos (o brasileiro e o português) que levaram ao chamado Estado Novo. Apesar do nome comum, foram destacadas diferenças na organização política dos dois países. Em Portugal, Oliveira Salazar, foi Presidente do Conselho ou Chefe de Governo, mas não Chefe de Estado, ao contrário de Getúlio Vargas, no Brasil, que acumulou as duas funções. No que se refere à política econômica, os objetivos foram semelhantes nos dois Estados, embora em Portugal houvesse preocupação inicial com a criação da infraestrutura (empresas hidrelétricas, vias de comunicação e transporte, inclusive nos territórios ultramarinos) necessária à industrialização projetada nos planos de fomento hexanual (1953 – 1974). Neles a indústria siderúrgica, refinaria de petróleo, petroquímica, etc, desempenharam papel decisivo. Para o entendimento mais detalhado dos movimentos políticos no Brasil e em Portugal no período, é importante

recordar as contribuições de Ubiratan Borges de Macedo publicadas nas *Atas do VII Colóquio Antero de Quental* que estabelecem diferenças e semelhanças entre o tradicionalismo e o integralismo nos dois países.

7ª) Foi avaliado que o tradicionalismo político perdeu força em Portugal e no Brasil desde a segunda metade do século XX.

8ª) Realizou-se o confronto entre as duas tradições socialistas, sendo que em ambos os países os partidos socialistas se aproximaram da democracia representativa, embora no Brasil reste uma certa ambigüidade doutrinária no que se refere à adesão plena a tal sistema, o que não ocorre em Portugal.

9ª) A avaliação da abertura política nos dois países mostrou que no caso brasileiro o processo foi pacífico e consistiu no afastamento dos militares do poder, em Portugal deu-se o contrário.

3. Os trabalhos do Colóquio

A. As conclusões acima aparecem fundamentalmente nos trabalhos resumidos abaixo:

1. *Estabilidade política e sistema eleitoral; confronto entre Brasil e Portugal – Regresso versus Regeneração*, onde Marco Antônio Barroso comparou o evoluir da representação no Brasil e em Portugal no século XIX e considerou que ambos os países aprimoraram o sistema representativo e caminharam para a democracia no século XIX.

2. A conferência *Silvestre Pinheiro Ferreira e o pensamento político luso-brasileiro no século XIX* de Alexandro Ferreira de Souza avaliou o problema da representação no Brasil e em Portugal e também estudou o impacto das ideias de Silvestre Pinheiro Ferreira na formação das novas elites, apresentando-as ao governo representativo.

3. Bernardo Goytacazes de Araújo e Humberto Schubert Coelho apresentaram em *A instabilidade política na 1ª República de Portugal*, uma resposta para as mudanças ocorridas no ideal republicano. Eles revelaram que no Brasil e em Portugal a República foi proclamada como elemento catalisador das forças que atribuíam às monarquias responsabilidade pelo atraso de sociedades com perfil quase medieval. Eles sugeriram que apesar da aparência liberal o governo republicano não promoveu o aprimoramento da representação, evoluindo para o democratismo nos dois países por conta da inspiração positivista dos movimentos.

4. José Esteves Pereira com o trabalho *Positivismo e República* completou as reflexões de Bernardo Goytacazes de Araújo e Humberto Schubert Coelho. Ele também entende que os teóricos portugueses daquele período consideravam o governo republicano o elemento catalisador da modernização do país. Destaca a contribuição de Teófilo Braga que pensava ser a República a forma política mais adequada ao povo português. Na raiz das teses positivistas, em Portugal, Esteves Pereira identifica a matriz cientificista pombalina.

5. Na conferência denominada *Estado Novo no Brasil e em Portugal, características distintivas do processo de constituição*, Leonardo Prota procurou responder a questão enunciada no título. Afirma que os dois países adotaram soluções fora da legalidade com o mesmo nome: Estado Novo. Os dois movimentos eram nacionalistas e concentravam o poder no Executivo. A diferença na implantação deles deve-se ao seguinte: em Portugal à descrença no sistema representativo e transformação das forças armadas em árbitro da vida política e no Brasil à ascensão do modelo castilhistas gaúcho ao plano nacional. Quanto à duração dos regimes aparentemente dispares: 1945, no Brasil, 1974, em

Portugal, não lhe parece significativa. Prota sugere que o governo militar pós-64 é uma continuação dos ideais do Estado Novo.

6. No texto publicado no segundo volume das *Atas do VII Colóquio*, Ubiratan Macedo revelou que a República reanimou o tradicionalismo, primeiro em Portugal e depois no Brasil. A República significou a interrupção de uma efetiva experiência representativa. Em sua conferência *Confronto do tradicionalismo político brasileiro com o português: recuperação e atualização dos textos de Ubiratan Macedo*, Antônio Paim retomou as análises de Ubiratan Macedo sobre o pensamento tradicionalista e lhe acrescentou outros aspectos. Parece-lhe que o mérito maior da interpretação de Macedo foi fazer a distinção entre o tradicionalismo, que é uma forma de conservadorismo católico e o conservadorismo liberal. O ponto fundamental da diferença reside na recusa dos tradicionalistas ao governo representativo. Paim também realçou que a atuação de D. Romualdo Seixas mudou a atuação da Igreja Brasileira na direção do governo representativo durante o Império, apesar das orientações do Vaticano irem na direção oposta. Diz que o fato não teve correspondência em Portugal. Na conferência *Razões da adesão de D. Romualdo ao governo representativo*, ele explica o motivo: o esforço de Dom Romualdo Seixas foi para evitar que grupos anti-clericalistas postulassem, como em Portugal, a extinção das ordens e o confisco dos bens da Igreja.

7. Na conferência *O contexto histórico da Encíclica Mirari Vos*, Antônio Gasparetto resumiu o ambiente cultural europeu que levou o Papa Gregório XVI a publicar a Encíclica *Mirari Vos*. Gasparetto afirmou que no Brasil as lideranças católicas eram favoráveis à liberdade de imprensa, à livre manifestação do pensamento e ao governo representativo, novidades que o Papa combatia. Tais informações completam o que disse Antônio Paim na conferência lembrada acima.

8. No trabalho *O Integralismo em Portugal e no Brasil*, publicado nas *Atas do VII Colóquio Antero de Quental* Ubiratan Macedo esclareceu as diferenças nas soluções de força adotadas pelos republicanos dos dois países. Ele mostra que: “o movimento brasileiro, posterior ao português, foi expressamente influenciado por ele” (p. 281). Ele também detalhou as diferenças do movimento nos dois países.

9. Na conferência denominada *Razões da diferenciação entre o socialismo brasileiro e o português*, Rafael Pitt afirmou que o socialismo lusitano avançou na direção da democracia representativa, abandonando qualquer projeto totalitário. No caso brasileiro, ao contrário, a aproximação com a democracia representativa foi feita num quadro de indefinição teórica.

10. No texto *Dois modelos de abertura política*, publicado nas *Atas do VII Colóquio Antero de Quental*, Arsênio Corrêa aponta diferenças na redemocratização de Portugal e Brasil nas últimas décadas. No caso brasileiro o processo foi pacífico e consistiu no afastamento dos militares do poder, em Portugal, ao contrário o processo começou com a chegada dos militares ao poder. O que os dois movimentos tiveram em comum foi o predomínio do elemento moderado. Outro aspecto semelhante foi que os governos militares nos dois países perderam o apoio popular, favorecendo a abertura política.

B. Segue-se o resumo das conferências que trouxeram elementos complementares às conclusões

Recordo, a seguir, as conferências que completaram as conclusões enumeradas.

11. Em *O pensamento político e geoestratégico de Andrade Corvo*, Pedro Calafate resumiu as teses políticas do pensador português. Observou que elas eram distintas das de Almeida Garret e Alexandre Herculano. A imagem da Europa elaborada por Andrade Corvo contemplava problemas. Era, portanto, diversa da tese de que na Europa amadurecida politicamente Portugal encontraria inspiração para superar sua decadência.

12. Na conferência *O pensamento socialista em Portugal no século XIX*, Antônio Pedro Mesquita afirmou que o movimento socialista português teve caráter utópico no período e se desenvolveu em etapas bem definidas durante a primeira metade daquele século.

13. Na conferência *A ideia de Confederação Luso-Brasileira nas primeiras décadas do século XX*, Ernesto Castro Leal reconstituiu as tentativas do início do século passado de refazer a unidade luso-brasileira na forma de Confederação. Ele avalia que o projeto foi interrompido pelas guerras mundiais e, tanto no Brasil quanto em Portugal, pela irrupção de governos totalitários, aos quais se somou, recentemente, a aproximação portuguesa dos países europeus. Enxerga, contudo, na cimeira realizada em Portugal, no ano de 1996, um esforço de reaproximação dos dois países.

14. A conferência de Arsênio Eduardo Corrêa sobre Campos Sales mostrou que a política dos governadores foi o primeiro arranjo institucional para a enfrentar a instabilidade política do início da República. Arsênio acompanhou o que disse Humberto Coelho na conferência acima mencionada: a Velha República interrompeu a experiência da representação por sustentar-se no ideário positivista.

15. Manuel Canaveira fez conferência intitulada *Portugal semente de impérios no pensamento de Gustavo Barroso*. Nela avaliou o componente anti-semita do conhecido integralista. Realçando este aspecto pouco comum entre os representantes do tradicionalismo brasileiro daquele momento, Canaveira também apontou os pontos em que a meditação de Barroso se aproxima de outros tradicionalistas: nacionalismo, historicismo anti-iluminista, valorização da cristandade medieval e crítica à modernidade.

16. Em nossa conferência publicada nas Atas do VII Colóquio Antero de Quental denominada *A persistência da proposta liberal no período entre guerras, a formulação de Tancredo Neves*, mostramos que grupos de católicos brasileiros na primeira metade do século passado apostavam na representação política e no mercado como modelo econômico, porém consideravam a necessidade de aproximá-los de uma ética católica para sedimentar a consciência pessoal. Tancredo Neves deu voz a tal projeto.

17. A conferência apresentada por Tiago Adão Lara intitulada *Etapas do tradicionalismo brasileiro*, resumiu as pesquisas sobre o tradicionalismo no Brasil e Portugal. Ele clareou os eixos do movimento: durante o Império a resistência ao Liberalismo e na República oposição ao Positivismo. Considera que o tradicionalismo ainda é forte no Brasil, embora a avaliação geral é de que o movimento perdeu força.

18. Na conferência *O novo conceito da Era Vargas – sua fundamentação teórica*, Ricardo Vélez Rodríguez apresentou os fundamentos teóricos do Estado Novo Brasileiro. Ele avaliou que a experiência parlamentar de Getúlio Vargas é fundamental para explicar a singularidade do ajuste promovido no ideário positivista herdado dos Castilhistas da Primeira Geração que defendia a hipertrofia do Executivo num contexto puramente regional. Vargas considerava que ao Executivo hipertrofiado cabia legislar, alicerçado nos Conselhos Técnicos integrados à administração. Isto pressupunha, da parte do Chefe do Estado, um diagnóstico nacional dos problemas. Neste aspecto, o getulismo superou o

Castilhismo, que tinha ancorado numa visão apenas regionalista. Nessa ampliação de ponto de vista, teve papel de relevo a leitura, por Vargas, da obra de Oliveira Viana. Vélez Rodríguez indicou também que o ideário político getuliano atribui às forças armadas um papel que Augusto Comte não concebeu e utilizou o pacto federativo de forma distinta em duas ocasiões: defendeu-o quando parlamentar e rejeitou-o quando assumiu a presidência do governo central.

19. Paulo Cunha analisou as linhas adotadas pelas Constituições Brasileira e Portuguesa na conferência: *Ideologia e utopia nas últimas constituintes: brasileira e portuguesa*. O seu ponto de partida foi o reconhecimento de que nos dois países havia um poder autoritário, aspecto que completou a conferência de Arsênio Corrêa sobre a abertura política nos dois países. Afirma que o sentido de utopia ou ideologia presente e típico de textos constitucionais rígidos não impediu as revisões numa e noutra carta.

20. Na comunicação conjunta *A sobrevivência do liberalismo na cultura luso-brasileira*, Antônio Paim associou o fortalecimento dos partidos ao governo representativo. O outro autor Ricardo Vélez Rodríguez completou a análise explicando que as administrações petistas prejudicaram o aperfeiçoamento da representação mediante práticas que considera abusivas na negociação política. Salientou, outrossim, que um governo representativo também se fortalece com a melhoria da escolaridade. A razão, diz, é que a baixa escolaridade está associada à sobrevivência do patrimonialismo.

Foram estas, considero, as principais conclusões a que se chegou e a síntese dos trabalhos que nos permitiram enunciá-las.